

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0004062-83.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outras Medidas Provisórias - Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação**
 Requerente: **Cleonice Carvalho da Rocha Oliveira**
 Requerido: **Maria do Socorro Carvalho Rocha**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****CONCLUSÃO**

Em 17/8/15, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível. Eu, João Cosme Berto (escrevente), subscrevi.

Numero de Ordem: 407/13**Vistos.****CLEONICE CARVALHO DA ROCHA**

OLIVEIRA requer a **INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA** de sua irmã **MARIA DO SOCORRO CARVALHO ROCHA**, alegando, em resumo, que a mesma apresenta quadro de episódio depressivo grave com sintomas psicóticos e esquizofrenia paranóide (CID10 F32.3 + F20.0), não adere a tratamento ambulatorial, por isso vem apresentando comportamento incompatível com a vida em sociedade.

Os documentos de fls. 7/18 foram carreados com a inicial.

A postulada, devidamente citada (fls. 21), compareceu aos autos alegando em preliminar carência de ação; no mérito aduziu que os episódios de depressão não são motivo para sua internação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Relatório Médico pericial segue a fls. 125/128.

O representante do Ministério Público opinou
(*fls. 138/139*) pela rejeição do pedido.

É o relatório.

D E C I D O.

O art. 6º da Lei nº 10.216.2001 é claro: “a internação psiquiátrica somente será **realizada mediante laudo médico circunstanciado** que caracterize os seus motivos”.

Os documentos exibidos até o momento não justificam a medida grave que a autora sustenta ser necessária.

O juízo entende a preocupação da irmã. Ocorre que para o deferimento do ato se mostra necessário **prévio parecer MÉDICO**, indicando que a medida é realmente necessária.

E, conforme informações prestadas a fls. 126 ultimo paragrafo: não parece ser obrigatório o regime de internação para que o tratamento seja realizado com sucesso (*textual*).

Nessa linha de pensamento e agregando o que mais lucidamente ponderou o Ministério Público (*fls. 138/139*), **INDEFIRO** o pedido de internação compulsória.

Em razão da sucumbência, arcará a autora com as custas e honorários ao patrono da parte contrária, que fixo por equidade, fixo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em meio salário mínimo, cuja execução fica subordinada aos termos da L.A.J.

Oportunamente, providencie-se a extinção
perante a rede executiva do TJ e arquivem-se os autos.

P. R. Int.

São Carlos, 24 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**